



## CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL

### Ata da 59ª reunião, realizada em 31 de outubro de 2012

1 Em 31 de outubro de 2012, reuniu-se a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do  
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Secretaria de  
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros efetivos e suplentes: o presidente  
5 Danilo Vieira Júnior, Victor Soares Lopes, Paulo Emílio Guimarães Filho, Petra  
6 Rafaela de Oliveira Silva Mello, Marcus Luiz Dias Coelho, Carlos Eduardo Ferreira  
7 Pinto, Célio Moreira e Josálvaro de Castro Guimarães – representantes do poder  
8 público; Denise Bernardes Couto, Carlos Alberto Santos Oliveira, Eduardo Antônio  
9 Arantes do Nascimento, Thaís Rêgo de Oliveira, Newton Reis de Oliveira Luz, Lígia  
10 Vial Vasconcelos e José Antônio da Cunha Melo – representantes da sociedade civil.

11 **Assuntos em pauta.** 1) **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino  
12 Nacional Brasileiro. 2) **ABERTURA.** O presidente Danilo Vieira Júnior declarou  
13 aberta a 59ª reunião da Câmara Normativa e Recursal. 3) **COMUNICADOS DOS**  
14 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** **Contingenciamento de recursos da**  
15 **SEMAD.** O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento comunicou que a  
16 Frente Mineira pela Biodiversidade encaminhou ofício ao secretário Adriano  
17 Magalhães Chaves, no dia 17 de outubro, solicitando informações sobre o  
18 contingenciamento de recursos da SEMAD, especialmente da compensação  
19 ambiental e do programa Bolsa Verde. “Esse contingenciamento é, na nossa opinião,  
20 absolutamente desproposital. Eu queria também cumprimentar o Ministério Público  
21 pelo procedimento que adotou recentemente, que foi solicitar informações à SEMAD  
22 sobre a não disponibilização dos recursos da compensação ambiental. A origem do  
23 recurso da compensação ambiental é privado, uma obrigação da legislação e  
24 vinculado estritamente à regularização fundiária das unidades de conservação. Está  
25 me parecendo que isso vai terminar no tribunal. Acompanhamos a elaboração do  
26 PPAG, com a participação da sociedade, e agora teve início novamente, sob a  
27 coordenação da Assembleia Legislativa. No PPAG passado, foram apresentadas  
28 proposições, o relator deputado Doutor Viana acolheu, e o Plenário aprovou. E, pela  
29 metodologia, as proposições aprovadas, a maioria delas, dizem respeito aos anos de  
30 2012 a 2015. Ficamos surpresos porque, quando as secretarias encaminharam o  
31 orçamento para a Seplag para o ano que vem, a Seplag cortou essas emendas sob a  
32 alegação de que são emendas. Então, temos que reapresentar. Isso quebra o espírito  
33 da metodologia e da proposta, porque, se pensarmos daqui a dez anos, teria o  
34 orçamento do Estado com 10% de recursos derivados desses processos. Eu,  
35 sinceramente, fico perplexo ao ver corte em proposição aprovada pelo Plenário da  
36 Assembleia Legislativa. Acho que isso prejudica em muito o funcionamento do  
37 governo e a participação da sociedade.” O presidente Danilo Vieira Júnior concordou

38 com a manifestação do conselheiro e destacou que o contingenciamento de recursos  
39 citado “foge à governança da SEMAD”. “É uma medida de governo e deve ter os  
40 motivos. Estamos questionando e buscando uma composição em nível de governo.  
41 Esperamos obter resultado positivo, porque vai impactar de forma muito significativa  
42 nas ações da SEMAD e também na gestão do Estado.” O conselheiro Eduardo  
43 Antônio Arantes do Nascimento solicitou que cópia do ofício encaminhado pelas  
44 entidades fosse anexada à ata desta reunião e recomendou ainda que a proposta  
45 orçamentária da SEMAD para 2013 fosse discutida pelo COPAM. “Há dois anos,  
46 propus moção, e foi aprovada por unanimidade, de que, em caráter consultivo, antes  
47 de se apresentar a proposta orçamentária para a SEMAD, se trouxesse para o  
48 Conselho discutir.” Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Nós fizemos análise da  
49 proposta do PPAG que vai começar a ser discutida na Assembleia na semana que  
50 vem, e, apesar de a proposta não ser muito clara, e não informar quais são as ações e  
51 de onde vêm as fontes de recursos etc., o que conseguimos entender da proposta para  
52 regularização fundiária de Unidades de Conservação é mais grave ainda. A proposta  
53 para 2013 é gastar a metade do que já tem hoje em caixa no Estado para  
54 regularização fundiária. Hoje, temos recolhidos em torno de R\$ 90 milhões e poucos  
55 para regularização, e a proposta do PPAG é que se gaste R\$ 40 milhões com  
56 Unidades de Conservação. Ou seja, além de contingenciar esses R\$ 50 milhões, em  
57 tese, ainda teria de contabilizar o dinheiro que vai entrar no ano que vem. Nós vamos  
58 participar, pedir explicação e tentar entender, mas acho que é importante informar  
59 porque, se for realmente dessa forma, a situação vai ficar ainda pior do que se  
60 encontra atualmente.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Na segunda-  
61 feira, na reunião da URC Velhas, eu levantei a questão da compensação ambiental,  
62 que discutimos tanto aqui neste Sistema de Meio Ambiente, e prevaleceu a ideia da  
63 compensação ambiental na forma que vem sendo cobrada. Tivemos várias  
64 manifestações e duas mais contundentes, que foram da Amda e do Ministério  
65 Público. No Sistema de Meio Ambiente, quando recebe o licenciamento ambiental,  
66 dependendo do tamanho do impacto ao meio ambiente, o empreendedor tem que  
67 pagar um valor chamado compensação ambiental. Essa compensação está  
68 estabelecida na Lei do SNUC, e a finalidade é melhorar o gerenciamento ambiental  
69 das Unidades de Conservação. Em 2008, os funcionários do Instituto Estadual de  
70 Florestas provocaram uma audiência pública na Assembleia Legislativa exatamente  
71 para discutir essa questão. Chegou-se à conclusão de que somente Minas Gerais tinha  
72 mais de 400 mil hectares de Unidades de Conservação, que foram desapropriadas,  
73 pendentes do pagamento da indenização ao proprietário rural. Na realidade, isso é um  
74 transtorno que não acaba mais. Vão à propriedade do senhor fulano de tal, publica-se  
75 um decreto de constituição naquela propriedade ou em várias propriedades de uma  
76 Unidade de Conservação, ele não pode mais fazer nada ali, dependendo do tipo de  
77 Unidade de Conservação; ele não pode nem proteger a propriedade mais, porque ele é  
78 afastado, e não tem plano de manejo. Enfim, causa problemas sociais terríveis. E a  
79 Lei do SNUC, de forma inteligente, trouxe essa grande novidade que é a  
80 possibilidade de utilizar essa penalização, esse ônus ao empreendedor, para pegar

81 esse dinheiro e fazer a regularização fundiária, implementar a Unidade de  
82 Conservação, cercar, construir portaria, enfim, essas coisas todas. E aqui,  
83 surpreendentemente, já vai para um ano e meio, que pega-se o dinheiro do  
84 empreendedor, coloca-se no caixa do governo e não se aplica o dinheiro. Eu acho que  
85 não precisa de nenhuma análise jurídica para saber que a natureza desse recurso é  
86 privada, então, não tem porque o governo, o poder público, se apossar desse dinheiro.  
87 O doutor Carlos Eduardo informou que foi aberto inquérito no âmbito da Promotoria  
88 exatamente para fazer essa verificação. Existem pareceres jurídicos – não só em  
89 Minas Gerais, mas outros governos também têm feito – dando conta da natureza  
90 privada do recurso, e nós, na URC Velhas, fizemos uma moção, o que eu acho que já  
91 é suficiente. Então, a Federação da Agricultura está dando conhecimento porque a  
92 impressão que temos, até que as coisas sejam esclarecidas, é que meio ambiente não  
93 tem nenhuma importância para o governo. Porque, tendo na mão um instrumento  
94 com um poder fantástico de fazer proteção de meio ambiente através de regularização  
95 de Unidades de Conservação, simplesmente, vira as costas para isso. Então, estamos  
96 denunciando isso para todas as Câmaras do sistema para verem que, além de todas as  
97 dificuldades que existem com o gerenciamento da questão ambiental em Minas  
98 Gerais, existe mais essa de que o governo, sem maiores explicações, contingencia o  
99 dinheiro, e fica por lá. Tem uma grana de todo tamanho lá, tem um monte de gente  
100 esperando indenização, uma porção de Unidades de Conservação aguardando fazer  
101 portaria, sede, escritório, cerca. Enfim, eram essas as minhas considerações.”

102 Presidente Danilo Vieira Júnior: “Nós também comungamos com essa expectativa de  
103 aplicação desse recurso. Os números apontam que a regularização fundiária contribui  
104 muito para a gestão ambiental do Estado. Você levantou o ponto dos produtores que  
105 ficam aguardando o recurso porque tiveram suas terras, entre aspas, desapropriadas.  
106 As suas atividades ficam extremamente limitadas até que o governo promova a  
107 regularização fundiária, e isso gera um problema social grave. Mas também os  
108 números apontam que aquelas Unidades de Conservação que têm regularização  
109 fundiária são muito menos acometidas de incêndios florestais. Então, com esse  
110 recurso, podemos promover os planos de manejo, que nos ajudam muito também na  
111 regularização dos empreendimentos do entorno, porque o zoneamento aponta para  
112 onde pode ir, para onde não pode, o que pode ser ali ou não. E hoje fica nas costas do  
113 técnico, por ter de ir ali e verificar qual é a melhor situação, às vezes, assumindo toda  
114 aquela responsabilidade, vamos dizer, no escuro, porque não tem um estudo  
115 específico daquela Unidade de Conservação apontando para esse problema. E esse  
116 recurso, muitas vezes, vem da própria compensação ambiental, que é um recurso de  
117 investimento dentro da Unidade de Conservação. Então, ele não só regulariza  
118 fundiariamente, mas também promove estrutura, zoneamento, planos de manejo, e  
119 isso traz frutos muito positivos para a gestão ambiental. Eu não tenho dúvida disso.  
120 Então, estamos também na expectativa do descontingenciamento desse recurso o  
121 mais rápido possível. O governo tem seus motivos, entendemos, mas também tem  
122 que entender da necessidade, porque isso sai caro. O que se gasta com o Previncêndio  
123 poderia ser reduzido se as Unidades de Conservação no Estado de Minas Gerais

124 estivessem todas regularizadas. Então, é comum o produtor que está ali, às vezes, por  
125 descuido, mas, às vezes, também por revolta, por insatisfação, atear fogo. Essas  
126 coisas acontecem, paciência tem limite. Fica naquela área aguardando, aguardando,  
127 aguardando e, às vezes, também para exercer a sua atividade, por um descuido, o  
128 fogo sai dali. Os incêndios nas Unidades de Conservação sempre ocorrem nos  
129 limites, e, muitas vezes, nas propriedades inseridas. Se o Estado tivesse todas elas nas  
130 mãos, regularizadas fundiariamente, e não estivesse ali dentro das unidades nenhum  
131 produtor, tenho certeza que isso reduziria em muito o índice de incêndios florestais  
132 nas Unidades de Conservação. Tem a fauna, a flora, todos esses problemas. No Norte  
133 de Minas, onde existe um número grande de Unidades de Conservação, é cultural. A  
134 caça lá é cultural. Ali, a turma foi criada vendo o avô, o pai, sair de casa e trazer o  
135 negócio. Então, quando está dentro da unidade, a fatura é muito maior. Se tira dali,  
136 resolve-se o problema, não de forma repressiva ou de forma agressiva, aquele que ali  
137 mora e que tem, às vezes, enraizada essa cultura. Então, eu acho que resolveria  
138 problemas diversos, sociais, ambientais, fauna e flora, incêndio, e daria a destinação  
139 que a lei exige, o que eu acho que é o mais importante, o cumprimento da lei. Como  
140 você bem disse, é um dinheiro carimbado, a arrecadação tem um fim específico.  
141 Então, eu acho interessante essas contribuições e que essa posição só vem contribuir  
142 e fortalecer esse posicionamento, que acho que é unânime tanto dos dirigentes quanto  
143 dos conselheiros e daqueles que trabalham com a gestão ambiental no Estado de  
144 Minas.” Moção ao Governo do Estado de Minas Gerais. O conselheiro José Antônio  
145 da Cunha Melo concordou com as manifestações e defendeu que fosse adotada uma  
146 medida prática da CNR, além do registro em ata. Neste sentido, propôs a aprovação  
147 de uma moção ao Governo do Estado. De acordo com a proposta do conselheiro,  
148 considerando todas as manifestações sobre o tema nesta sessão, a CNR aprovou por  
149 unanimidade moção nos seguintes termos: “Moção ao senhor governador do Estado  
150 de Minas Gerais. Os membros da Câmara Normativa e Recursal (CNR) do COPAM  
151 vêm manifestar a sua preocupação com a situação atual e solicitar que sejam tomadas  
152 providências urgentes para o descontingenciamento dos recursos da compensação  
153 ambiental, uma vez que se trata de recursos de natureza privada e tal situação, além  
154 de ser ilegal, prejudica enormemente a gestão do meio ambiente em Minas Gerais.”  
155 **Novo Regimento Interno**. O presidente Danilo Vieira Júnior destacou o Artigo 29 da  
156 Deliberação Normativa COPAM nº 177/2012, que estabelece o novo Regimento  
157 Interno do COPAM. “Gostaria de chamar a atenção dos senhores para a DN 177, de  
158 22 de agosto de 2012, que estabelece o Regimento Interno do Conselho Estadual de  
159 Política Ambiental, substituindo a DN 30. Ontem, nós não tivemos a reunião do  
160 CERH – tivemos só a apresentação do pato mergulhão; e havia uma série de temas  
161 importantes a serem tratados – por falta de quórum. Aí, temos que dar a mão à  
162 palmatória porque, dentre os ausentes, estavam também entidades do governo, o que  
163 torna o problema ainda mais grave. Mas eu gostaria de salientar a DN 177, que traz  
164 no seu Artigo 29 que – e eu vou fazer a leitura para que fique bem claro – ‘a ausência  
165 da entidade por duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas na mesma estrutura  
166 colegiada durante o mandato implicará, automaticamente, a suspensão das

167 competências previstas no Artigo 28 deste Regimento Interno por três meses. A  
168 reincidência nas ausências a que se refere o caput desse Artigo implicará o imediato  
169 desligamento da entidade ou órgão reincidente. É bom deixar claro que nós vamos ter  
170 que começar a agir e tomar as providências, porque isso também já era estabelecido  
171 na DN 30 e sempre fazíamos vista grossa buscando uma harmonia e uma  
172 composição, sempre dando uma oportunidade. Mas, infelizmente, teremos que ser  
173 rigorosos, porque não foi a primeira vez e estamos tendo problemas desse tipo  
174 também nas Unidades Regionais Colegiadas, que não tiveram reunião por falta de  
175 quórum. É uma situação muito chata, para não falar desrespeitosa. Para uma reunião  
176 do CERH, como a de ontem, há pessoas que andaram 500 ou 600 quilômetros. Tem  
177 representantes de municípios que saem de longe, andam o dia inteiro, às vezes, saem  
178 um dia antes. Temos reunião marcada para as 2h, e ficamos aqui até as 4h  
179 aguardando quórum. São coisas que nos deixam chateados, frustrados, e que  
180 atrapalham em muito a gestão do Estado, porque sabemos que essas reuniões têm  
181 caráter consultivo e deliberativo, sabemos do impacto disso, às vezes, sobre a  
182 economia, porque ali tem empreendimentos que precisam se instalar, precisam  
183 operar; temas que precisam ser deliberados e que impactam diretamente a política  
184 ambiental do Estado; essa parte normativa, que é muito importante. Sabemos da  
185 periodicidade dessas reuniões, que ocorrem uma vez por mês e outras, de dois em  
186 dois meses. Então, o prejuízo é muito grande. Peço aos senhores que levem também  
187 esse recado aos seus suplentes para que façam esse esforço de estarem aqui.  
188 Tomamos um grande cuidado de antecipar a confirmação dessas presenças, ligamos  
189 para cada um, e a pessoa confirma. Porque, se sabemos que não vai ter quórum,  
190 comunicamos o cancelamento dessa reunião por falta de quórum, porque as entidades  
191 que se manifestaram pela impossibilidade de participação inviabilizarão a reunião. É  
192 também muito chato, mas é mais respeitoso, pois assim não impactamos a vida de  
193 outros que se deslocam, que chegam aqui, ficam aguardando a realização da reunião e  
194 saem daqui do jeito que chegaram. Então, peço aos senhores esse esforço. Se  
195 confirmarem com o nosso Apoio aos Colegiados, que cumpram aquilo que foi  
196 confirmado, que cumpram aquilo que foi pactuado. Ninguém é obrigado a confirmar,  
197 mas, confirmando, que venha, porque temos toda uma estrutura e um gasto,  
198 deslocamento de pessoal, para que essas reuniões ocorram. Em certos casos, isso está  
199 ficando extremamente prejudicado pela falta de compromisso, pela falta de  
200 comprometimento de alguns conselheiros.” Vânia Mara de Souza Sarmiento, diretora  
201 de Coordenação e Apoio aos Colegiados/SEMAD: “Lembrando, secretário e demais  
202 conselheiros, que temos um titular e dois suplentes. A convocação vai, geralmente,  
203 para todos. A responsabilidade principal é do titular. Na ausência, pedir ao seu  
204 suplente que possa representá-lo. Vamos cumprir a DN 177. Como disse o próprio  
205 secretário, na DN 30, fazíamos vista grossa, mas a determinação agora é que  
206 cumpramos mesmo. Peço até às entidades que revejam os seus representantes, porque  
207 descobrimos que tem representante que não trabalha na entidade há dois anos e ainda  
208 é conselheiro. Para nós, isso foi uma surpresa. Então, pedimos que revejam os  
209 conselheiros. Estamos colocando na convocação essa questão da ausência. Este

210 regimento entrou em vigor em 1º de outubro, então, a entidade que não veio em 1º de  
211 outubro e em 31 de outubro já está sujeita a essa penalidade. Não é nem uma  
212 penalidade, é mesmo o que o secretário falou: tem toda uma logística, toda uma  
213 estrutura. Tem gente que viaja 600 quilômetros de ônibus para estar aqui presente,  
214 empreendedores, sociedade. Em respeito a todos que estão aqui presentes, pedimos  
215 um cuidado mesmo com o cumprimento desse artigo da Deliberação 177.” Presidente  
216 Danilo Vieira Júnior: “Em alguns casos, nós não vamos conseguir fazer, mas  
217 precisamos informar a retirada de pauta de alguns itens com antecedência, para evitar  
218 problemas de pessoas que saem de longe e chegam aqui, e o processo é retirado de  
219 pauta. Nos casos em que já temos a informação, de forma antecipada, da necessidade  
220 de retirada de pauta, também vamos comunicar, porque acho importante esse  
221 comunicado para evitar que um empreendedor ou interessado em determinado  
222 processo se desloque.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu represento  
223 aqui uma entidade que está terminando esse período tanto no COPAM quanto na  
224 CNR. Pela Associação dos Engenheiros de Minas, já não estaremos aqui no próximo  
225 ano. Por outro lado, eu também sou representante do Conselho Regional de  
226 Engenharia, que está para assinar um convênio entre o Crea e a SEMAD. Eu acho  
227 que seria muito oportuno, na época da assinatura desse convênio. Eu vou fazer esse  
228 encaminhamento na próxima reunião da diretoria e também gostaria que deixasse isso  
229 como sugestão na assinatura do convênio. Principalmente agora, quando da  
230 divulgação no “Minas Gerais” dos representantes das unidades regionais. Temos o  
231 Conselho de Engenharia como titular em diversas dessas unidades. Então, é  
232 importante ser registrado esse comentário de que a representação é feita pelo titular e  
233 os dois suplentes, de maneira que sempre se façam representar, com essa ressalva da  
234 importância. Porque já assistimos aqui reuniões conjuntas COPAM e CERH em que  
235 o COPAM se faz representar e o CERH, não. Traz-se pessoas de fora e não se  
236 consegue quórum para fazer a reunião. Então, falando aqui em nome do Conselho  
237 Regional de Engenharia – não sei se serei indicado para uma dessas vagas; é uma  
238 indicação do presidente para titulares e representantes –, aqui representando uma  
239 entidade que faz parte do sistema, farei questão de levar isso. E gostaria de deixar  
240 como sugestão para, quando da assinatura desse convênio SEMAD e Conselho de  
241 Engenharia, serem ressaltados esses pontos.” Conselheiro Carlos Alberto Santos  
242 Oliveira: “O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, nos últimos quatro anos, teve  
243 pelo menos 30% das suas reuniões que não se realizaram por falta de quórum. Você  
244 disse, pontualmente, para chamar a atenção da nova situação, que ontem ele não se  
245 reuniu por falta de quórum. Estamos vendo que foram extintos pelo menos – não  
246 temos a informação oficial – sete comitês de bacia hidrográfica. Estamos vendo uma  
247 pendenga muito grande entre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas com  
248 a Agência de Bacia do Rio das Velhas, que está na mão do senhor secretário para  
249 resolver. Ontem, eu fui à reunião da Câmara Técnica Institucional do Comitê do Rio  
250 Paraopeba, e ela não se realizou por falta de quórum. A reunião plenária do Comitê  
251 do Rio Paraopeba foi cancelada por imperfeições na convocação. Estou falando tudo  
252 isso, doutor Danilo, porque, como presente na primeira reunião do Conselho Estadual

253 de Recursos Hídricos e como membro também do Conselho de Administração do  
254 IGAM, eu estou vendo um destino muito sombrio para a questão do gerenciamento  
255 de recursos hídricos em Minas Gerais. Não nos últimos um ou dois anos, mas nos  
256 últimos cinco ou seis anos, estou enxergando que, ao invés de firmarmos um plano  
257 voo, subir, crescer e aplicar a legislação de recursos hídricos, as coisas não estão indo  
258 do jeito. Eu temo pela efetiva aplicação da lei federal e da lei estadual de recursos  
259 hídricos, primeiro em Minas Gerais, e, depois, no Brasil. Esse é o alerta.” 4)  
260 **EXAME DE ATAS DE REUNIÕES DA CNR.** Aprovadas por unanimidade as atas  
261 da 57ª e da 58ª reuniões da Câmara Normativa e Recursal, realizadas em 26 de  
262 setembro e em 10 de outubro de 2012, respectivamente. Os conselheiros Josálvaro de  
263 Castro Guimarães e Lígia Vial Vasconcelos registraram abstenção de voto na ata da  
264 58ª reunião. A conselheira Petra Rafaela de Oliveira Silva Mello se absteve de votar  
265 as duas atas. Os conselheiros Newton Reis de Oliveira Luz e José Antônio da Cunha  
266 Melo se abstiveram de votar a ata da 57ª reunião. 5) **PROCESSO**  
267 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE LICENCIAMENTO.**  
268 **5.1) Carmense Comercial Ltda. Siderurgia e elaboração de produtos**  
269 **siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa. Carmo da**  
270 **Mata/MG. PA 00230/1991/008/2008. Apresentação: Supram Alto São Francisco.**  
271 **Retorno de vista: conselheiros Denise Bernardes Couto e Carlos Alberto Santos**  
272 **Oliveira.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer técnico e do  
273 controle processual e de acordo com o parecer dos relatores. O conselheiro Carlos  
274 Eduardo Ferreira Pinto registrou abstenção de voto em razão de ação judicial  
275 interposta. O parecer dos relatores, além de concordar com o indeferimento do  
276 recurso, opina que seja concedido prazo de 30 dias para formalização do processo de  
277 Licença de Operação Corretiva e que seja assinado Termo de Ajustamento de  
278 Conduta (TAC) com a Supram Alto São Francisco. A Supram Alto São Francisco  
279 informou que o TAC foi assinado e que estava válido até a data da última reunião.  
280 Registrou ainda a existência de liminar judicial expedida que mantém a suspensão  
281 das atividades da empresa, o que impede a assinatura de novo TAC, além de  
282 orientação da Advocacia Geral do Estado de que não se pode firmar dois TACs com  
283 o mesmo empreendedor pelo mesmo motivo. 6) **PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO**  
284 **DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA QUE**  
285 **ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, ATRAVÉS DA**  
286 **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E**  
287 **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD) E O MUNICÍPIO DE**  
288 **BETIM. Apresentação: SEMAD. Retorno de vista: conselheiros Maria Dalce**  
289 **Ricas, Denise Bernardes Couto e José Antônio da Cunha Melo.** A Câmara  
290 Normativa e Recursal aprovou por unanimidade a proposta de celebração de  
291 convênio de cooperação administrativa e técnica que entre si celebram o Estado de  
292 Minas Gerais, através da SEMAD, e o município de Betim, nos termos apresentados.  
293 A conselheira Lígia Vial Vasconcelos solicitou que fossem incluídas cláusulas  
294 alertando para o cumprimento das leis do SNUC e da Mata Atlântica, além da  
295 legislação que obriga a apresentação de EIA/Rima. A SEMAD informou que essas

296 exigências passaram a ser adotadas como princípio em todos os convênios de  
297 cooperação. A conselheira Lígia Vial Vasconcelos registrou denúncia recebida e  
298 comunicou que será encaminhada à SEMAD e à Agência Metropolitana. “Recebemos  
299 uma denúncia de que existe uma lei municipal que fere a lei federal de uso e  
300 ocupação de solo, a 6.766/1979. É a lei 5.169/2011, que dispõe sobre parcelamento  
301 de solo no município. Então, ficamos preocupados com essa questão de divisão de  
302 fração ideal e pedimos que fosse feita análise pela Supram. De qualquer forma,  
303 vamos estudar melhor o caso.” 7) **PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE**  
304 **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA QUE**  
305 **ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, ATRAVÉS DA**  
306 **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E**  
307 **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD) E O MUNICÍPIO DE**  
308 **CONTAGEM. Apresentação: SEMAD. Retorno de vista: conselheiros Maria**  
309 **Dalce Ricas, Denise Bernardes Couto e José Antônio da Cunha Melo.** A Câmara  
310 Normativa e Recursal aprovou por unanimidade a proposta de celebração de  
311 convênio de cooperação administrativa e técnica que entre si celebram o Estado de  
312 Minas Gerais, através da SEMAD, e o município de Contagem, nos termos  
313 apresentados. 8) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA DO COPAM CONCEDIDA**  
314 **AD REFERENDUM. 8.1) Deliberação Normativa COPAM nº 176, de 21 de**  
315 **agosto de 2012, concedida ad referendum, que altera dispositivos da Deliberação**  
316 **Normativa COPAM nº 74, de 9 de setembro de 2004, incluindo na listagem E**  
317 **código de atividade para geração de energia fotovoltaica. Apresentação:**  
318 **SEMAD.** Item retirado de pauta pela Presidência, por solicitação da Secretaria  
319 Executiva. 9) **PROPOSTA DE MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA**  
320 **COPAM. 9.1) Minuta de DN COPAM que insere, no Anexo Único da**  
321 **Deliberação Normativa COPAM nº 74/04, o código para regularização**  
322 **ambiental da atividade “Central de Recebimento de Embalagens Plásticas**  
323 **usadas de Óleos Lubrificantes”, vinculada ao Programa de Logística Reversa**  
324 **desses resíduos. Apresentação: Apresentação: FEAM.** A Câmara Normativa e  
325 Recursal aprovou por unanimidade a minuta de Deliberação Normativa, nos termos  
326 apresentados. O presidente Danilo Vieira Júnior recomendou que fosse estudado,  
327 posteriormente, a possibilidade de se exigir a implementação de sistema que permita  
328 o rastreamento via satélite dos caminhões no transporte de embalagens, de resíduos,  
329 de carvão, dentre outros, com o objetivo de se monitorar o deslocamento da carga. O  
330 presidente ponderou que é importante ter o cuidado no sentido de que esse sistema  
331 não possa onerar o processo a ponto de inviabilizar a sua implantação.  
332 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente  
333 Danilo Vieira Júnior declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### APROVAÇÃO DA ATA

---

**Presidente Danilo Vieira Júnior**



Belo Horizonte, 17 de outubro de 2012.

Ilmo. Sr.

Adriano Magalhães

Secretário de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais

Senhor Secretário,

A **Frente Mineira pela Biodiversidade**, composta pelas entidades: 4 Cantos do Mundo; Ambiente Brasil; Associação dos Amigos de Iracambi; Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda; Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro – Angá; Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental – Ceco; Conservação Internacional; Fundação Biodiversitas; Fundação Relictos de Apoio ao Parque Florestal Estadual do Rio Doce – MG; Instituto Ekos; Instituto Espinhaço; Instituto Hóu; Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri; Movimento Verde de Paracatu – Mover; Valor Natural; Zeladoria do Planeta, neste ato representada por sua secretaria executiva Maria Dalce Ricas, superintendente da Amda e a **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais**, neste ato representada por seu presidente Wilson Luiz da Silva, vem através deste expor e requerer o que segue:

Chegou a nosso conhecimento, denúncias diversas de que o governo do Estado teria contingenciado praticamente todos os recursos destinados à Semad, inclusive aqueles reservados para combate a incêndios e os oriundos da compensação ambiental prevista na Lei Federal 9.885/00 (Lei do Snuc).

Considerando algumas informações já veiculadas, como não pagamento dos compromissos assumidos no âmbito do projeto Bolsa Verde, informado na última reunião plenária do Copam, em resposta a indagação do representante da Fetaemg, e redução para apenas R\$ 5 milhões do montante destinado à regularização fundiária de

UCs em 2012, conforme informações do IEF, as denúncias naturalmente estão causando preocupação generalizada por parte das instituições envolvidas com a área ambiental.

Ressalta-se que no que tange aos recursos arrecadados a título de compensação ambiental, a norma federal supracitada vinculou sua aplicação exclusivamente nas UCs não havendo razão para retenção da quantia arrecadada, uma vez que não poderá ser utilizada para nenhum outro fim. Como pode o governo, além de não destinar recursos do tesouro à regularização fundiária e implantação de infra-estrutura nas áreas protegidas, ainda se julgar no direito de reter os oriundos do recolhimento previsto na Lei do Snuc?

No que se refere à Bolsa Verde, lembramos que o não cumprimento dos compromissos assumidos, trará sem dúvida, seqüelas políticas para o próprio governo e que a fonte de seus recursos é também vinculada à agenda ambiental.

Acreditamos que V.Sa. concorde conosco que se trata de situação inaceitável, ainda mais considerando que, além dos já mencionados, grande parte dos recursos que compõem o orçamento da Semad são provenientes de arrecadação própria. Independente de problemas financeiros pelos quais esteja passando o governo, não podemos aceitar que a área ambiental seja mais uma vez penalizada.

Cumpre destacar, que o governador Antônio Augusto Anastasia, durante sua campanha para o governo do Estado assumiu compromissos ambientais, reforçados nas reuniões com a Frente Mineira pela Biodiversidade. Obviamente nenhum deles será honrado se a situação descrita for verdadeira.

Queremos, no entanto, ter certeza quanto a isto e assim, considerando:

- Informações apresentadas nas audiências públicas realizadas pela ALMG, relativas ao cumprimento de metas do PPAG;
- Informações prestadas pela Semad a respeito do montante de recursos recebidos da compensação ambiental e ao mesmo tempo, o fato de que apesar do mesmo os

processos de regularização fundiária das UCs estão paralisados, apesar de estarem sendo pautados mensalmente processos na CPB com valores entre oito e 20 milhões de reais;

- Informações prestadas por V.Sa. na última reunião plenária do Copam, em resposta a indagação da Fetaemg, de que provavelmente não serão liberados recursos suficientes para cumprimento dos compromissos assumidos no Bolsa Verde, que somam em torno de R\$ 15 milhões;

- Informações prestadas pelo IEF, de que estão paralisados todos os processos relativos à reposição florestal, e que segundo diversas denúncias por nós recebidas estão sendo fechados, por falta de recursos, diversas sedes de comitês de bacias no Estado, que apontam para situação catastrófica do Sisema, as entidades signatárias deste, com base no que determina a Lei 12527/11, solicitam que lhes sejam prestadas as seguintes informações:

1. Total de valores do orçamento da Semad relativos a:

- Orçamento aprovado para 2012.

- Valor contingenciado em 2012.

- Valores detalhados para pagamento relacionados aos compromissos assumidos em 2012.

- Recursos financeiros que serão ainda liberados para 2012.

2. Total dos valores aprovados e efetivamente liberados em 2012 relativos a:

- Bolsa Verde 2012.

- Projetos aprovados para o Fhidro em 2012, incluindo total de valores que deveriam ter sido liberados para projetos aprovados nos anos anteriores.

- Regularização fundiária das UCs em 2012.

- Reposição florestal em 2012.

- Projetos estruturadores sob responsabilidade da Semad em 2012.



- Convênios com a Polícia Militar de Meio Ambiente e Corpo de Bombeiros em 2012.

Solicitamos também que nos sejam informados os valores orçados e encaminhados à ALMG relativos ao orçamento da Semad, que serão efetivamente priorizados para execução em 2013, abrangendo, de forma detalhada, todos os itens acima relacionados.

Agradecemos sua atenção, passando a aguardar retorno.

Cordialmente,



Maria Dalce Ricas

Frente Mineira pela Proteção da Biodiversidade



Vilson Luiz da Silva

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais